

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
3ª VARA DO TRABALHO DE JUIZ DE FORA – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARTHA HALFELD FURTADO DE MENDONÇA SCHMIDT**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986

Data da instalação: 19-3-1987

Data de implantação do PJe: 15-4-2015

Jurisdição: Juiz de Fora, Belmiro Braga, Bicas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Descoberto, Ewbank da Câmara, Goianá, Guarará, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Olaria, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Rochedo de Minas, Santa Bárbara do Monte Verde, Santana do Deserto, São João Nepomuceno, Senador Cortes e Simão Pereira.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 28-8-2020, p. 1.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 18-5-2019

Às 13 horas do dia primeiro de setembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora, situada na Avenida Barão do Rio Branco, 1.880 – 3º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Keyla de Oliveira Toledo e Veiga**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Rosaura Marinho de Paiva Santarossa; os servidores Adriano Lanini de Castro, Amair dos Reis Rezende, Bruna Bandeira de Medeiros, Cátia dos Santos Moraes, Cinara Domith de Oliveira Vieira, Ísis Carla Negraes de Souza, Leandro Guerra de Melo, Luana Ferreira Paixão Vernay, Marcelino Kelmer Pereira, Marcos Marcenes Possato e Ricardo Oliveira Santhiago e a estagiária Larissa Mautoni. Ausentes a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt**, com causa justificada e os servidores Guilherme Linhares Vieira, em licença médica e Míriam Loeffler Vidal, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 711 processos, distribuídos neste ano até o dia 25-8-2020, apurando-se a média de 6,3 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 104 cartas precatórias, dentre elas, 38 executórias, até o dia 25-8-2020, das quais 65 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 707 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 192 processos foram remetidos neste ano até o dia 25-8-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 15 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 31 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 443 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 96 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 91 processos sobrestados. Na amostragem realizada foi encontrado processo do Tema 992, referente à discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado. Também foram encontrados processos do Tema 1046, que trata da validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente e do Tema 1022 sobre a dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Restou verificado que a grande maioria dos processos são casos relacionados a sobrestamento (aguardamento julgamento de outro processo, temas de repercussão geral com suspensão determinada pelo STF) que devem ser lançados como tal, uma vez existir lançamento específico para esse tipo de pendência.

Recomenda-se que, diante da existência de processos distribuídos que ainda pendem de solução, sejam envidados esforços para a célere prestação jurisdicional em tais casos.

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf.

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg> as suspensões encerradas no âmbito do TRT-MG, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 25-8-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	152
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	177
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	10

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos audiências não designada	Processo sem audiência designada durante a fase de instrução, processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-gestão que não possuem audiência designada.	171
---	--	-----

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2018	3	2
2019	46	1
2020 – ano de referência	290	
TOTAL	339	0,15

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

Data Evento	Processo
19/06/2018	0010186-35.2018.5.03.0037
11/07/2018	0010651-44.2018.5.03.0037
16/12/2018	0011412-75.2018.5.03.0037
22/04/2019	0010338-49.2019.5.03.0037
15/05/2019	0010453-70.2019.5.03.0037
22/05/2019	0010469-24.2019.5.03.0037
	0010470-09.2019.5.03.0037
28/05/2019	0010462-05.2019.5.03.0143
	0010531-67.2019.5.03.0036
03/06/2019	0010505-66.2019.5.03.0037
12/06/2019	0010617-35.2019.5.03.0037
25/06/2019	0010588-82.2019.5.03.0037
03/07/2019	0010722-12.2019.5.03.0037
15/07/2019	0010761-09.2019.5.03.0037
29/08/2019	0010949-02.2019.5.03.0037
17/09/2019	0010984-59.2019.5.03.0037
23/09/2019	0010995-88.2019.5.03.0037
25/09/2019	0011027-93.2019.5.03.0037
26/09/2019	0011069-45.2019.5.03.0037
30/09/2019	0011032-18.2019.5.03.0037

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	1
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	393

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	4
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	193

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	28
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	1.209

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	10

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Existem 1.550 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 937 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 24 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 589 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2020 até 25-8-2020.

No ano 2019, até o dia 25-8 havia 1.953 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.125 processos em execução, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 211 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 617 processos no arquivo provisório, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

Data Evento	Processo	Classe
16/08/2005	0114000-20.2005.5.03.0037	Execução Fiscal
29/05/2006	0051000-46.2005.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
28/12/2007	0057800-56.2006.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
13/05/2008	0062900-89.2006.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
08/09/2008	0027200-18.2007.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
18/09/2009	0006300-77.2008.5.03.0037	Ação Civil Pública
08/03/2010	0074400-55.2006.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
07/07/2010	0013900-23.2006.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
25/10/2011	0074200-48.2006.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
07/11/2011	0159800-32.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
	0160000-39.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
	0160200-46.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
	0160500-08.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
	0160600-60.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
	0161200-81.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
09/11/2011	0159600-25.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
	0159700-77.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
	0159900-84.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
	0161300-36.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário
10/11/2011	0160100-91.2009.5.03.0037	Ação Trabalhista - Rito Ordinário

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

		2019	2020
01-JANEIRO		38	447
02-FEVEREIRO		58	34
03-MARÇO		128	51
04-ABRIL		77	302
05-MAIO		112	34
06-JUNHO		61	40
07-JULHO		116	39
08-AGOSTO		440	51
Totais		1030	998

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 25-8-2020, existem 68 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400 e 90400.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 1º-9-2020 havia 7 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 4 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010673/20, 0010674/20, 0010675/20, 0010614/20, 0010297/20, 0010649/20 e 0010610/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010673/20, 0010674/20, 0010675/20 e 0010610/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS

JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 25-8-2020, 192 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 66 processos.

Exame dos autos dos processos 0010439/20, 0010357/20, 0010678/20, 0010305/15, 0010092/20, 0010715/20, 0010714/20, 0010733/20, 0010641/20, 0011491/19, 0010186/18, 0010494/15, 0010617/19, 0010949/19, 0010469/19, 0010833/19, 0011396/19, 0011410/19, 0011411/19, 0001758/13, 0011014/17, 0000400/15, 0010524/19, 0010532/19, 0010574/19, 0010501/19, 0010666/19, 0010687/19, 0011090/19, 0010558/20, 0010184/20, 0010361/20, 0010156/20, 0010387/20, 0010198/20, 0010304/20, 0010346/20, 0010370/20, 0010191/20, 0010482/20, 0011146/19, 0010449/20, 0010127/20, 0010371/20, 0010165/19, 0010848/19, 0010097/19, 0011339/19, 0010167/19, 0010340/18, 0010616/19, 0010661/19, 0010450/19, 0011003/17, 0011255/19, 0010097/19, 0010425/19, 0012062/17, 0010065/19, 0010263/20, 0010538/19, 0010329/20, 0010017/20, 0010665/20, 0011329/19, 0010496/20, 0010022/20, 0011332/17, 0010354/20, 0010676/20, 0010194/20, 0010595/20 e 0010847/18.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010676/20: processo sujeito ao procedimento sumaríssimo com designação da audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0010186/18: processo referente ao Tema 992, RE 9060429, sobre discussão quanto à competência para processar e julgar demandas nas quais se discutem questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certamente, em face de pessoa jurídica de direito privado, com retirada do sobrestamento em 16-3-20, devendo os autos serem conclusos para exame;
- 0011003/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id e5c9d9b (mais de 10 dias);
- 0011332/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id e884b1c (mais de 20 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que **não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.**

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 14 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Fase	Tarefa
0010425-39.2018.5.03.0037	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0010959-46.2019.5.03.0037	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0010592-61.2015.5.03.0037	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0011881-58.2017.5.03.0037	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0011069-45.2019.5.03.0037	Conhecimento	Aguarda designação de audiência
0010308-77.2020.5.03.0037	Conhecimento	Elaborar sentença
0010033-65.2019.5.03.0037	Liquidação	Aguardando prazo
0055000-26.2004.5.03.0037	Execução	Arquivo provisório
0010312-17.2020.5.03.0037	Conhecimento	Aguarda designação de audiência
0011328-74.2018.5.03.0037	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0011280-81.2019.5.03.0037	Conhecimento	Aguarda cumprimento de acordo
0006300-77.2008.5.03.0037	Execução	Precatório
0037300-66.2006.5.03.0037	Execução	Remessa ao arquivo
0010943-34.2015.5.03.0037	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 18 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	64	25	48
Instrução processo físico	0	1.631	0
Instrução processo eletrônico	121	78	73

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	8	11	18-9-20 - 12 dias
Procedimento Ordinário	35	12	23-9-20 - 14 dias
Instrução	114	69	13-10-20 - 29 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 25-8-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	548	73

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	267	182

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	5	1.796
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	569	1.936
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	1	1.984
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	15	2.271

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

	2019	2020
01-JANEIRO	73	74
02-FEVEREIRO	123	81
03-MARÇO	118	90
04-ABRIL	140	26
05-MAIO	144	35
06-JUNHO	115	97
07-JULHO	106	96
08-AGOSTO	101	82
Totais	920	581

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	73	0,32
Julgados procedentes em parte	352	1,55
Julgados improcedentes	98	0,43
Extintos com resolução de mérito	4	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	527	2,32
Extintos sem resolução de mérito	65	0,29
Arquivamento	92	0,40
Desistência	60	0,26
Outras decisões sem exame de mérito	59	0,26
Total sem exame de mérito	276	0,22
Decisões de conhecimento	803	3,54
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	281	1,24
Decisões na fase de execução	114	0,50
Total	1.198	5,3

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em agosto de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	10	0,476
Conciliação em execução	11	0,52
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	88	4,19
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	0	0
Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	109	5,2

	2019	2020
01-JANEIRO	81	68
02-FEVEREIRO	187	108
03-MARÇO	147	113
04-ABRIL	199	
05-MAIO	216	6
06-JUNHO	185	102
07-JULHO	175	123
08-AGOSTO	143	109
Totais	1333	629

		2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
FERNANDO SARAIVA ROCHA			1					29
KEYLA DE OLIVEIRA TOLEDO E VEIGA		68	107	113	6	102	123	80
Totais		68	108	113	6	102	123	109

No mês de julho de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 8 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8:

		Conhecimento		Execução		Liquidação	
		2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO		27	30	1	2	1	
02-FEVEREIRO		56	41	6	2		2
03-MARÇO		52	26	1		3	3
04-ABRIL		62	9	4	1	2	
05-MAIO		49	18	3	3	3	1
06-JUNHO		56	49	3	2	2	2
07-JULHO		55	51	2	7		2
08-AGOSTO		39	43	2	3	1	
Totais		396	267	22	20	12	10

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

	2019	2020
01-JANEIRO	81	68
02-FEVEREIRO	187	108
03-MARÇO	147	113
04-ABRIL	199	
05-MAIO	216	6
06-JUNHO	185	102
07-JULHO	175	123
08-AGOSTO	143	109
Totais	1333	629

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
FERNANDO SARAIVA ROCHA		1					29
KEYLA DE OLIVEIRA TOLEDO E VEIGA	68	107	113	6	102	123	80
Totais	68	108	113	6	102	123	109

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

	2019	2020
01-JANEIRO	1575	1325
02-FEVEREIRO	1847	1589
03-MARÇO	1469	1792
04-ABRIL	1693	881
05-MAIO	1757	1870
06-JUNHO	1611	1952
07-JULHO	1397	1915
08-AGOSTO	1946	1302
Totais	13295	12626

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de agosto até o dia 25-8):

	2019	2020
01-JANEIRO	60	89
02-FEVEREIRO	109	101
03-MARÇO	99	78
04-ABRIL	103	94
05-MAIO	125	113
06-JUNHO	105	168
07-JULHO	63	178
08-AGOSTO	105	141
Totais	769	962

Constatou a Excelentíssima **Desembargadora Vice-Corregedora**, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas durante a pandemia COVID-19 de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 30 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário. Não estão sendo realizadas audiências de Instrução por desinteresse das partes.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2018	2019
Processos recebidos	1.198	1.297
Média por dia útil	5,3	5,7
Processos remanescentes do ano anterior	661	238
Sentenças anuladas	24	23
Total de processos para solução	1.883	1.558
Processos solucionados	1.661	1.395
Processos conciliados	592	592
Produção	88,12%	89,54%

Analisando os dados supra, verificou-se um **aumento** de 8,26% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produção, verificou-se que em 2019 houve um **aumento** de 1,42%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 25-8-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	261
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	581

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	581
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	715

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	290
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	887

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 25-8-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	394
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	559

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.237
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	460

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 25-8-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	559
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	460
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	14

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	394
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.237
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	14

Perfil da Vara do Trabalho		Juiz de Fora - 03a Vara		
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2º trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,10	0,35	0,17
	I02 - Pendentes	1.959	1.805	1.779
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	97,06	88,58	69,16
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	245,00	238,86	220,56

	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.444,80	2.333,81	2.277,37
	I07 - Taxa de conciliação (%)	41,83	41,63	42,49
	I08 - Taxa de solução (%)	105,68	102,63	91,18
	I13 - Taxa de execução (%)	204,91	266,33	287,84
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	17,48	21,27	25,46
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	51,74	46,57	48,61
	I11 - Produtividade por servidor	189,86	190,07	165,57
	I12 - Pendentes por servidor	119,43	110,14	110,86
Meso	Acervo	0,25	0,27	0,24
	Celeridade	0,37	0,36	0,33
	Produtividade	0,54	0,54	0,55
	Congestionamento processual	0,37	0,34	0,35
	Força de trabalho	0,42	0,40	0,42
Macro	IGEST	0,3900	0,3802	0,3804
	Posição IGEST	53	42	47
	Movimentação processual	1501 a 2000	1501 a 2000	1501 a 2000

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$4.281.076,35	R\$988.522,35

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2010 e 6/2015, que regulamentam a prática de atos ordinatórios.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 2 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

3) efetuado saneamento dos processos incidentais à fase de execução, conforme item 1.11 desta Ata;

4) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao

Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

5) observados os termos do art. 23 da Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, DE 27 DE JANEIRO DE 2020, a Vara do Trabalho deverá adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos na referida Resolução (capítulo II, artigos 5º ao 7º), certificando a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado definitivamente. Para tanto, até a efetiva liberação do sistema garimpo, as varas do trabalho poderão consultar a existência de saldo pelos sistemas dos bancos já disponíveis, quais sejam: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal),

<https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

6) utilizadas como ferramenta complementar de gestão da Secretaria os relatórios gerenciais existentes no PJe;

7) efetuada a conclusão do processo 0010186/18, processo referente ao Tema 992;

8) envidados esforços para o cumprimento da Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau;

9) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020, quanto ao atendimento por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do *jus postulandi*, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business.

10) realizado, pelas magistradas e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,44% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 72,59%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,31%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,03%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual

de 99,47% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 57,58% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,61%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 117,02%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 77,38% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,92%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 81,63% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 97 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 58,47%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o tempo médio alcançado foi de 73 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 180 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

13.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

A Corregedoria Regional recomenda seja observado o disposto no Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT Nº 01, de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, especificamente quanto ao artigo 2º, onde “satisfeitos os créditos dos processos, a disponibilização de qualquer saldo existente em conta judicial ao devedor de créditos trabalhistas deve ser precedida de ampla pesquisa no Setor de Distribuição de Feitos, nos sistemas de gestão de processos judiciais anteriores ao PJe de cada Tribunal Regional do Trabalho e no sistema do Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT), a fim de identificar processos que tramitem em face do mesmo devedor”. Recomenda, também, que seja observada a Resolução Conjunta deste Regional, GP/GCR N.136, de 27 de janeiro de 2020, referente ao Projeto Garimpo.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 17h40min do dia primeiro de setembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 107, publicado no DJe 28-8-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor José Múcio Antônio Lambertucci.

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria